

O PROGRAMA “SÃO PAULO FAZ ESCOLA” E SEU MODELO DE GESTÃO TUTELADA*

*The “São Paulo Faz Escola” program
and its supervised management model*

MILENA VENEZIANO PAES
Graduanda em pedagogia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.
milena_paes@hotmail.com.

GÉSSICA PRISCILA RAMOS
Doutora em Educação e professora do Departamento de
Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.
gessicaramos@yahoo.com.br.

RESUMO O presente artigo objetiva apresentar o modelo de gestão presente no processo de criação e implantação do programa São Paulo Faz Escola, mostrando suas relações com o modelo de gestão fortalecido no Brasil a partir de 1995. O programa consiste em uma nova proposta curricular didático-pedagógica elaborada e implantada em 2008 pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP) para a rede estadual de ensino. Ele abarca os conteúdos curriculares e as expectativas de aprendizagem para o ciclo II do ensino fundamental e para o ensino médio, disseminando sua concepção educacional para todas as escolas da rede. A partir de uma análise bibliográfica e documental foi possível notar que essa política curricular demonstra intenso planejamento, definição e avaliação das ações curriculares; todavia, deixa sua execução sob a responsabilidade das escolas da rede, mais especificamente do professor. Assim, o que se percebe é que essa política educacional segue uma linha similar à dos processos de gestão descentralizada e tutelada aprofundados a partir de meados dos anos 1990, período de reestruturação do Estado e do estabelecimento de um novo pacto social.

PALAVRAS-CHAVE: SÃO PAULO FAZ ESCOLA. CURRÍCULO PAULISTA. ANOS 1990. REFORMA EDUCACIONAL.

ABSTRACT The aim of this paper is to present the management model found in the creation and implementation of the “São Paulo Faz Escola” program, approaching its similarities with the management model strengthened in Brazil from year 1995 on. The program consists of a new educational curriculum proposal developed and implemented in 2008 by the State Department of Education of São Paulo (SP-ESS) for state public schools. It covers the

* Esse artigo é parte integrante de projeto de pesquisa desenvolvido no ano de 2012 com financiamento da Fapesp.

curricular content and the learning expectations for Cycle II of elementary school and high school, spreading its educational vision to all schools of the public network. The literature review and desk research evidenced this curriculum policy's intense planning, definition, and assessment of curricular actions. However, its implementation was left to the responsibility of the network's school units, specifically to teachers. Thus, we see that this educational policy follows a similar approach to that of the decentralized and supervised process deepened from the mid-1990s, when the country was being restructured and a new social pact was being established.

KEYWORDS: SÃO PAULO FAZ ESCOLA. CURRICULA. 1990s. EDUCATIONAL REFORM.

RESUMEN EN ESTE ARTÍCULO SE presenta el modelo de gestión en la creación e implementación del programa “Sao Paulo Hace Escuela”, mostrando sus relaciones con el modelo de gestión fortalecido en Brasil desde 1995. El programa consiste en una nueva propuesta curricular didáctica/pedagógica desarrollada e implementada en 2008 por el Ministerio de Educación de São Paulo (SP-ESS) para las escuelas estatales. El cubre el contenido curricular y las expectativas de aprendizaje para el Ciclo II de la escuela primaria y la escuela media, difundiendo su visión educativa para todas las escuelas de la red. Desde un análisis bibliográfico y documental fue posible observar que esta política curricular demuestra intensa planificación, definición y evaluación de las acciones curriculares. Sin embargo, deja su aplicación bajo la responsabilidad de la red de escuelas, específicamente el profesor. Por lo tanto, lo que vemos es que la política educativa sigue una línea similar a los procesos de gestión descentralizada y tutelada profundizada desde mediados de 1990, el periodo de la reestructuración del Estado y el establecimiento de un nuevo pacto social.

PALABRAS CLAVE: SAO PAULO HACE ESCUELA. CURRÍCULO DE SÃO PAULO. AÑOS 1990. REFORMA EDUCATIVA.

INTRODUÇÃO

O programa São Paulo Faz Escola consiste em uma nova proposta curricular, didático-pedagógica elaborada e implementada pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP) para a rede estadual de ensino. Ele abarca os conteúdos curriculares e as expectativas de aprendizagem para o ciclo II do ensino fundamental e para o ensino médio, implantando um currículo único nas escolas do estado e, por conseguinte, um modelo educacional.

Em sua criação e elaboração, o programa apresenta um modelo de gestão educacional e traz concepções de sociedade e educação que, ao sustentarem o atual modelo de ensino oficial do estado, necessitam de pesquisas para que possam ser desveladas. Isso porque partimos do pressuposto de que a política educacional pode ser fundamental para a construção e hegemonia de um modelo de sociedade (JACOMELI, 2008, p. 3) na medida em que sua elaboração, bem como suas ações de implementação, não é neutra, tendo em suas bases concepções prévias e objetivos explícitos e latentes. Por essa razão, toda política educacional precisa ser compreendida no contexto mais amplo em que está inserida – considerando-

-se, inclusive, os agentes nela envolvidos –, o que justifica e revela a importância de estudos focados na compreensão e análise crítica de programas como o São Paulo Faz Escola.

Diante do exposto acima, e a partir da análise bibliográfica e documental, este artigo objetiva apresentar o modelo de gestão presente no processo de criação e implantação do programa São Paulo Faz Escola, mostrando suas relações com o modelo de gestão fortalecido no Brasil a partir de 1995.

O SÃO PAULO FAZ ESCOLA E SEU DIRECIONAMENTO NA REDE PAULISTA

O programa São Paulo Faz Escola consiste em uma nova proposta curricular didático-pedagógica para o estado de São Paulo, elaborada e implementada pelo governo estadual paulista, por meio da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP), em 2008, no mandato do governador José Serra. O programa abarca os conteúdos curriculares e as expectativas de aprendizagem para os ciclos II¹ do ensino fundamental e para o ensino médio e, mediante dois instrumentos – um portal na internet, que oferece material de apoio a professores, gestores e alunos, e cadernos, que sugerem atividades e definem expectativas de atuação de acordo com cada ocupação específica –, leva essa proposta para todas as escolas da rede.

O referido programa² integra uma reforma curricular que teve sua origem em meio à divulgação do plano de metas (SÃO PAULO, 2007d) de melhoria da educação pública do estado de São Paulo, estipulado a partir de 2007 pela SEE-SP, sob o comando da então secretária de estado da educação, Maria Helena Guimarães Castro. Publicada no *Diário Oficial* em 21 de agosto de 2007, a “nova agenda”, como foi denominado esse plano, foi elaborada a partir de um diagnóstico da educação do estado realizado pela SEE-SP em julho de 2007, pautado nos últimos censos escolares e nas avaliações de aprendizagem, em que foi constatado um desempenho escolar insuficiente das crianças e jovens.

Essa “nova agenda” determinava que a secretaria, no prazo de 2007 a 2010, objetivava atingir dez metas estipuladas para a melhoria da qualidade do ensino, sendo elas: alfabetização de todos os alunos até o final do segundo ano de escolaridade; redução em 50% da taxa de reprovação na oitava série; redução em 50% da taxa de reprovação no ensino médio; implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos; aumento de 10% nos índices de desempenho do ensino fundamental e médio nas avaliações nacionais e estaduais; atendimento da demanda de jovens e adultos de ensino médio com currículo profissionalizante diversificado; implantação do ensino fundamental de nove anos com prioridade à municipalização das séries iniciais; atuação do Programa de Formação Continuada e capacitação das equipes de ensino; descentralização da merenda

¹ Foi elaborada uma proposta curricular para o ciclo I do ensino fundamental com o objetivo de “subsidiar o ensino dos conteúdos mais relevantes a serem garantidos ao longo das quatro séries do Ciclo I do Ensino Fundamental” (SÃO PAULO, 2010). Todavia, o programa São Paulo Faz Escola não abarca este nível de ensino, que é trabalhado pelo programa Ler e Escrever.

² O programa foi elaborado e implantado sob a gestão do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que desde 1995 está no governo paulista e mantém, desde 2008, o programa São Paulo Faz Escola em funcionamento.

escolar nos trinta municípios que ainda não tinham aderido ao programa; realização de obras e melhorias de infraestrutura nas escolas (SÃO PAULO, 2007d).

A partir dessas metas, a SEE-SP passou a elaborar uma nova proposta que visava criar uma base curricular única para toda a rede de ensino paulista. Essa nova proposta integra o programa São Paulo Faz Escola, que vai além, definindo, não apenas os conteúdos curriculares, mas também as expectativas de aprendizagem para os ciclos II do ensino fundamental e para o ensino médio, além de oferecer aos gestores, professores e alunos orientações de implantação do novo currículo nas escolas.

O programa foi vinculado ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), centrando nesse instrumento avaliativo seus objetivos e metas. De acordo com a SEE-SP, este atrelamento possibilitaria uma base concreta para o desenvolvimento de ações voltadas à educação e contribuiria para a melhoria da qualidade do sistema de ensino estadual paulista, notadamente por buscar a implantação de uma proposta curricular única em todas as escolas de sua rede (SÃO PAULO, 2008f; 2009a).

No documento de apresentação dessa proposta curricular para o ensino fundamental (ciclo II) e o ensino médio foram explicitadas duas iniciativas tomadas pela secretaria para sua elaboração: o “levantamento do acervo documental e técnico pedagógico existente” e a “consulta a escolas e professores, para *identificar, sistematizar e divulgar* boas práticas existentes nas escolas de São Paulo” (SÃO PAULO, 2008a, p.3, grifo nosso). A partir dessas iniciativas, em 2007 foi ao ar um portal na internet, específico do São Paulo Faz Escola, que tinha como finalidade receber relatos de professores da rede escolar sobre experiências pedagógicas que pudessem contribuir para a construção do currículo. Em um vídeo direcionado aos professores da rede estadual paulista, Maria Helena Guimarães Castro apontava a importância de se encaminhar para o *site* as “iniciativas exitosas da rede pública do estado de São Paulo”, para que estas, uma vez identificadas, fossem sistematizadas pela equipe de especialistas responsável pela elaboração da proposta curricular, e divulgadas por meio de um currículo único para o estado (SÃO PAULO, 2007a). Não obstante, alerta-nos Cação (2011) que

as escolas não opinaram sobre os pressupostos e as necessidades de implantação de uma proposta curricular, sequer foram consultadas sobre suas experiências exitosas ou sobre as condições concretas de trabalho para o desenvolvimento dessas inovações.

Após esse período inicial de elaboração, em novembro de 2007, o programa começou a ser apresentado aos dirigentes de ensino, diretores, vice-diretores, coordenadores e professores coordenadores por meio de diversas videoconferências, encontros e palestras mediadas pela coordenadora geral da proposta, Maria Inês Fini, preparando as escolas para sua implantação. Segundo a SEE-SP (SÃO PAULO, 2007c), esses agentes escolares foram esclarecidos quanto às expectativas da proposta e preparados para sua implantação já no início de 2008. Objetivando, portanto, que as escolas estivessem preparadas para receber o programa, no início de 2008 as escolas da grande São Paulo receberam *orientações* sobre as ações previstas pela SEE-SP para o decorrer do ano.

Nesse contexto, o programa ganhou materialidade inicial nas escolas por meio de um projeto de ações de recuperação da aprendizagem, que ocorreu no início 2008. No documento de **apresentação desse projeto, a SEE-SP expôs seu principal objetivo**: “desenhe um conjunto de ações que, ao mesmo tempo”, consolidasse e recuperasse “as aprendizagens necessárias para a implantação do novo currículo” (SÃO PAULO, 2008g). Segundo Maria Inês Fini (SÃO PAULO, 2007b), a intenção era que os alunos, nos 42 primeiros dias do ano letivo, período inicial de implementação do currículo, fizessem a reposição das estruturas de língua portuguesa e matemática consideradas pela SEE-SP “fundamentais para a interação com o restante da proposta”.

Após esse período inicial de recuperação de aprendizagem, foi disponibilizado no *site* do São Paulo Faz Escola um formulário que, segundo a coordenadora do programa, tinha a intenção de *conhecer a opinião* dos professores sobre a proposta curricular, assim como suas *sugestões* de modificação e ajuste. Maria Inês Fini afirmava que a SEE-SP optou por elaborar e implementar a proposta curricular nas escolas para, posteriormente, com o retorno dos professores, consolidar o currículo, utilizando o argumento de que seria impossível reunir todos os professores da rede estadual paulista para discussão e construção do currículo (SÃO PAULO, 2008b). Todavia, como colocado anteriormente, a equipe responsável pela elaboração da proposta contava apenas com especialistas acadêmicos, não tendo selecionado profissionais que agregassem “em sua formação as interfaces entre conhecimentos acadêmicos e escolares” (CIAMPI et al., 2009, p. 362).

Uma ferramenta de extrema importância, adotada pelo governo do estado junto com a SEE-SP, para o direcionamento dessa implantação, foi a criação, em 2007, pela Resolução SE-88, de 19 de dezembro de 2007 (SÃO PAULO, 2007e), da figura do professor-coordenador. Esse profissional foi colocado como elemento central para a implantação bem-sucedida da nova proposta curricular nas escolas, na medida em que a SEE-SP o apresentou como seu “representante” dentro das escolas. A SEE-SP acreditava que o professor-coordenador, mediante o “diálogo vivo e inflamado” sobre o que estava “sendo proposto”, incentivaria todos os agentes escolares a incorporarem a proposta em suas práticas (SÃO PAULO, 2008c, p. 7-8). Não por acaso, a primeira ação pública do professor-coordenador foi a organização de atividades com os professores das escolas para a discussão da nova proposta curricular, de acordo com a resolução SE-87, de 19 de dezembro de 2007 (SÃO PAULO, 2007f). Cabe destacarmos que as orientações do Caderno do Gestor eram claras e diretas para o professor-coordenador, embora esse material também fosse dirigido ao diretor de escola e vice-diretor, reforçando, assim, a centralidade que a SEE-SP destacou a esse profissional na implantação do currículo nas escolas.

Vale frisarmos ainda que, além da figura do professor-coordenador, que de acordo com a SEE-SP deveria atuar como gestor-implementador dessa política (SÃO PAULO, 2008c, p. 6), a Secretaria utilizou diversas estratégias de direcionamento da implantação do São Paulo Faz Escola na rede estadual paulista.

Após a materialização inicial do programa nas escolas, foi entregue em todas as unidades o material de apoio aos professores, gestores e alunos, e os Cadernos, com as ativi-

dades e expectativas de atuação do sujeito, de acordo com o grupo a que pertencia (aluno, gestor, professor etc.). Assim, o programa que inicialmente contava apenas com seu *site*, posteriormente passou a contar também com sua versão em Cadernos impressos, o que impactou diretamente as atividades educacionais das escolas. Catanzaro (2012) destaca que dentre a totalidade de ações atreladas a essa política, o conjunto de materiais que compõem o São Paulo Faz Escola foi uma das medidas com maior visibilidade, pois impactou direta e periodicamente (a cada bimestre) as escolas da rede. Essa medida cumpriu, destarte, a função de lembrar os “professores, ao menos a cada dois meses, sua existência, seus prazos e retomando a implicação de sua adoção ou não já que os conteúdos” eram “diretamente atrelados à avaliação do Saresp” (CATANZARO, 2012, p. 22).

Cabe ressaltarmos que os materiais do programa chegaram às escolas para serem utilizados por profissionais que não participaram de sua elaboração efetiva. Também foram elaboradas capacitações bimestrais, em vídeo, sobre as disciplinas, para os professores e conduzidas pelos especialistas que elaboraram a proposta curricular. Não obstante, nesse contexto verificamos que tal proposta acabou transcendendo o objetivo de ser um instrumento de *apoio* pedagógico para as escolas, transformando-se no *foco central* do trabalho pedagógico docente, ao ser atrelada ao Saresp pela SEE-SP.

É fundamental destacarmos ainda que os materiais do programa foram distribuídos a todas as escolas da rede. Contudo, apesar desse histórico e de sua implantação em todas as escolas estaduais paulistas, segundo a SEE-SP (2008a), o programa não seria obrigatório, bem como, conseqüentemente, a utilização de seus materiais. Nos documentos oficiais, ficou explicitado que as ações previstas seriam apenas “propostas”, não tendo caráter obrigatório. Desse modo, na proposta curricular do ensino fundamental (Ciclo II) e do ensino médio de História, que integra esse programa, encontramos o seguinte excerto:

nada do que for oferecido nestes materiais terá o caráter imperativo de instruções normativas, a serem aplicadas à força pelos professores. Ao contrário, o que se sugere é que cada docente siga seu próprio caminho, aplicando, a seu modo, as sugestões que são oferecidas. (SÃO PAULO, 2008d, p. 43).

No entanto, é importante ressaltarmos que a SEE-SP, ao definir os especialistas em currículo como agentes centrais para elaboração da proposta curricular, não apenas determinou às escolas os conteúdos que deveriam ser trabalhados e que deveriam atender às demandas do sistema avaliativo (os conteúdos da proposta curricular são atrelados ao Saresp), mas também definiu os instrumentos adequados para a implantação *favorável* dessa proposta, que foi rigorosamente direcionada pela SEE-SP, conforme visto, por meio da criação da função de professor-coordenador, da sistematização das disciplinas em vídeo desenvolvidas por bimestre, da elaboração de orientações para os professores e para os gestores. Destarte, o próprio *site* do programa São Paulo Faz Escola, que inicialmente apenas recebia relatos de professores, segundo a SEE-SP (SÃO PAULO, 2008e), passou também, em 2008, a disponibilizar videoconferências, orientações específicas, discussões sobre o currículo, dentre outras ferramentas de condução da implementação da proposta nas escolas.

O DIRECIONAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DO SÃO PAULO FAZ ESCOLA APÓS 2009

O currículo oficial do Estado de São Paulo foi efetivamente implantado na rede paulista em 2009. Isso porque, a partir desse período, a SEE-SP ofereceu um material didático, a versão em Cadernos do programa – Cadernos do professor (divididos por área de conhecimento e por bimestres, destinado à preparação das aulas), do gestor (que apresenta as orientações e subsídios para a implantação do programa nas escolas) e dos alunos (composto por atividades sobre os conteúdos definidos pelo novo currículo) –, com conteúdos selecionados por ela como fundamentais para a aprendizagem, desenvolvendo ações didático-pedagógicas para efetivação de sua utilização nas escolas.

Por essa razão, ainda em 2009, o Saresp já foi elaborado com base na proposta curricular que se tornou, em 2010, o currículo oficial do Estado de São Paulo. Assim, ainda em 2010, além do *site* do programa, foi criado um *website* específico intitulado “Apoio à Implantação do Currículo”, direcionado principalmente aos professores. Ele disponibilizou a todos os profissionais da rede, sem a necessidade de cadastro, acesso rápido aos currículos oficiais das áreas, 509 vídeos com todo o acervo do programa e roteiros elaborados pela SEE-SP, com o intuito de orientar discussões nas horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC).

Cabe ainda destacarmos a outra ferramenta adotada pela SEE-SP para o direcionamento da implantação do São Paulo Faz Escola no estado nesse período, sendo a promoção de mudanças para efetivação de professores recém-aprovados em concurso público para docente no estado. Dessa forma, a partir de 2010, estes passaram a ter que fazer obrigatoriamente o Curso de Formação Específica do Concurso Público para Professor Educação Básica II, oferecido pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo (Efap), que visava “oferecer formação continuada e em serviço aos servidores da educação, a fim de atualizar, aperfeiçoar e proporcionar formação *compatível com a política educacional da SEE*” (SÃO PAULO, 2011, grifo nosso), tendo forte ênfase no preparo docente, inclusive metodológico, para atuação com esse novo currículo oficial. Com isso, a efetivação/contratação dos candidatos aprovados nos concursos públicos, a partir dessa data, ficou condicionada à aprovação no curso de formação específica, que se tornou uma etapa eliminatória dos concursos para docentes paulistas da educação básica, ciclo II. Essa ação demonstra que, a despeito de o currículo já ter sido oficializado, as ações de direcionamento e fiscalização da SEE-SP não cessaram. Ao contrário, novas ações foram efetuadas a fim de garantir que os agentes escolares continuassem sendo formados para disseminar a concepção educacional da SEE-SP.

Considerando o acima exposto, identificamos que o modelo de gestão presente na criação e implantação do São Paulo Faz Escola aponta para um modelo descentralizado em seu processo executório, porém, ao mesmo tempo, tutelado pela SEE-SP em seus processos decisórios (planejamento, definição e avaliação). Assim, notamos que essa política curricular não se caracteriza tão somente como uma simples reforma de cunho curricular e didático-pedagógico, mas encontra-se atrelada a um contexto macrodimensionado pelo processo de reestruturação do Estado e de novo pacto social aprofundado no País a partir de 1995.

REESTRUTURAÇÃO DO ESTADO E O NOVO PACTO SOCIAL

O estudo sobre o processo de implantação do Programa São Paulo Faz Escola revela que houve um intenso direcionamento da rede paulista pela SEE-SP para execução de seus pressupostos educacionais nas escolas, pelo uso constante de ferramentas como: encontros e palestras sobre o programa, oferecidos a profissionais da rede anteriormente à implantação do São Paulo Faz Escola; criação da figura do professor-coordenador para direcionamento do programa dentro das escolas; atrelamento do Programa ao Saesp; entrega dos Cadernos do gestor, professor e aluno, direcionados a orientar cada um desses grupos na execução da proposta; atrelamento do concurso público para professor educação básica II à Efap, dentre outras coisas. Segundo a própria SEE-SP, essas ações deveriam assegurar que as escolas implantassem o programa com sucesso na rede, garantindo a melhoria da educação nos moldes definidos, por meio “da integração da equipe, *foco nos resultados e eficiência* do processo de gestão, antecipação de problemas e *racionalização* das soluções” (SÃO PAULO, 2007c, grifo nosso).

Esse quadro, caracterizado por um processo de centralização dos processos decisórios e de descentralização dos procedimentos de execução, indica-nos que essa política educacional seguiu uma linha muito similar à das políticas aprofundadas a partir de meados da década de 1990 no Brasil, em que se via definido um novo pacto social: o Estado definia as metas, os rumos e pressupostos para a sociedade, bem como avaliava os resultados desse processo; a sociedade, por sua vez, executava tais metas, rumos e pressupostos, que seriam avaliados e fiscalizados pelo Estado (SILVA JÚNIOR, 2002).

Tal processo, no Brasil, amparou-se no movimento de reforma do Estado, aprofundado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, em 1995, e que previa, dentre outras coisas, uma estrutura mais enxuta e barata de seu aparelho, e, por consequência, mais competitiva no cenário global, conforme recomendações do Consenso de Washington para os países em desenvolvimento (BATISTA, 1995).

Acompanhando, portanto, as orientações internacionais, essa reforma no Brasil foi consolidada explicitamente em 1995 com a publicação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. O principal argumento, segundo o documento, era o de que a crise que o Brasil havia enfrentado na década de 1980 não era apenas uma crise econômica, mas uma crise do próprio Estado, na forma como foi adotado pelos governos anteriores (BRASIL, 1995).

Partindo dos mesmos pressupostos do Consenso de Washington – ou seja, de que o mundo estava em um novo momento, marcado por processos irreversíveis como a globalização, a reestruturação produtiva, a reengenharia etc., e que, portanto, seria necessário, indispensável e fundamental que os Estados se modernizassem, segundo a nova ordem econômica, para que sobrevivessem (BATISTA, 1995) –, a Reforma, no Brasil, visou, essencialmente, modificar o papel do Estado, de forma a atender às necessidades do mercado globalizado. Para tanto, de acordo com o que interpretava o documento,

foi preciso dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que

chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para poder chegar ao cidadão, que, numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado. (BRASIL, 1995, p. 7).

Todavia, notamos que essa visão “gerencial” implicou desdobramentos não apenas no campo econômico, mas também no social brasileiro. Nas palavras do documento,

deste modo o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano; para a democracia, na medida em que promovem cidadãos; e para uma distribuição de renda mais justa, que o mercado é incapaz de garantir, dada a oferta muito superior à demanda de mão-de-obra não-especializada. Como promotor desses serviços o Estado continuará a subsidiá-los, buscando, ao mesmo tempo, o controle social direto e a participação da sociedade. (BRASIL, 1995, p. 13).

Com isso, alguns dos principais fundamentos dessa reforma (a descentralização, a privatização, o Estado mínimo – em suma, a flexibilização do papel do Estado – e seu interesse na formação de um novo capital humano, apto a atender às novas especificidades do mercado global) foram se definindo e a educação foi se destacando nele como setor essencial para a Reforma, tendo em vista que atuaria, conforme explicitado: no desenvolvimento, ao envolver investimento em capital humano; na democracia, ao promover cidadãos; na distribuição de renda mais justa, ao atuar na promoção de mão de obra especializada (BRASIL, 1995).

Por isso, o “compromisso assumido pelo Brasil em sua agenda econômica e política foi seguido de outros numerosos compromissos na esfera social, particularmente na esfera educacional” (SILVA JÚNIOR, 2003, p. 80). Por isso, ainda, o novo modelo de administração assumido – notadamente em seus aspectos de flexibilidade e racionalidade administrativa – implicou também mudanças significativas nos rumos da educação do País.

Saviani (2010) explica que as reformas educacionais desse período estão dentro da vertente do “neoprodutivismo”, que atribui grande importância à educação escolar no processo de desenvolvimento econômico-produtivo. Essa nova forma de compreender a educação tem suas bases na pedagogia tecnicista, cujos princípios são racionalidade, eficiência e produtividade, bem como:

Advoga-se a valorização dos mecanismos de mercado, o apelo à iniciativa privada e as organizações não governamentais, a redução do tamanho do Estado e das iniciativas do setor público. Seguindo essa orientação, as diversas reformas educativas levadas a efeito em diferentes países apresentam um denominador comum: o empenho em reduzir custos, encargos e investimentos públicos buscando

senão transferi-los, ao menos dividi-los (parceria é a palavra da moda) com a iniciativa privada e as organizações não governamentais. (SAVIANI, 2010, p. 438).

Segundo o autor, esse modelo de Reforma reconfigurou o papel do Estado no Brasil, bem como o papel das escolas, ao deslocar o controle decisivo “do processo para os resultados” (SAVIANI, 2010, p. 439), criando, para isso, várias estratégias de avaliação no setor.

Seguindo a lógica *neotecnicista*, no Estado de São Paulo, em consonância com a política do governo federal do período,³ também foi instituído um novo modelo de gestão centrado na eficiência, na produtividade e na focalização dos resultados, pretendendo se adequar ao novo modelo de Estado posto em nível nacional. Não por acaso, foram definidos, em São Paulo, três eixos básicos para atuação na educação, sendo eles a racionalização organizacional, a mudança nos padrões de gestão e a melhoria na qualidade do ensino (NEUBAUER, 1999), unindo ao campo educacional os princípios pensados para a reforma político-administrativa do Estado.

Sob essa lógica, ao que tudo indica, no estado de São Paulo, a política curricular implantada pelo programa São Paulo faz Escola, já nos anos 2000, pretendeu tornar esse modelo de descentralização mais funcional, segundo a lógica da SEE-SP, em termos dos resultados esperados para a qualidade de ensino – qualidade produtivista, cabe-nos lembrar.

A SEE-SP declarou em diversos momentos que o programa não teria caráter obrigatório e atuaria apenas de forma propositiva nesse contexto descentralizado, objetivando “garantir a todos uma base comum de conhecimentos e competências”, para que as escolas paulistas funcionassem “de fato como uma rede” (SÃO PAULO, 2008a, p. 3). Contudo, para a secretaria, a LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996) havia dado apenas autonomia relativa para as escolas na definição de suas propostas pedagógicas, na medida em que os estabelecimentos de ensino deveriam manter-se subordinados às regras dos sistemas de ensino a que pertenciam. De acordo com a SEE-SP,

esse aspecto legal, muitas vezes, é pouco compreendido. Seu significado é que a escola tem uma autonomia relativa na definição de sua Proposta Pedagógica. Assim, há limites, que são prerrogativas do sistema. No caso de sua escola, quem determina esses limites é o sistema estadual (há outros sistemas, como o municipal e o federal, que legislam sobre as escolas). A Proposta Curricular que se anuncia é um desses limites. (SÃO PAULO, 2008c, p. 29).

Por essa razão, para a SEE-SP (SÃO PAULO, 2008c), a elaboração dessa proposta curricular única e a definição didático-pedagógica para sua implantação não ferem as normas legais que tratam da autonomia das escolas na elaboração de seus currículos. Ao contrário, de acordo com a secretaria,

a criação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que deu autonomia às escolas para que definissem seus próprios projetos pedagógicos, foi um passo importante. Ao longo do tempo, porém, essa tática descentralizada mostrou-se ineficiente. (SÃO PAULO, 2008c).

³ Governo Fernando Henrique Cardoso, que se estendeu de 1994 a 2002.

Assim, conforme, pudemos perceber, apesar de o discurso oficial acenar para uma ação de descentralização e valorização da ação dos profissionais da educação no tocante à qualidade do ensino no estado, na prática foi mantida em suas bases uma postura centralizadora na definição dos caminhos de execução desse processo no contexto escolar. Ou seja, a SEE-SP descentralizou a execução da tarefa de promoção da qualidade do ensino nas escolas paulistas para gestores, coordenadores e professores, ao mesmo tempo em que centralizou no Governo do Estado a definição dos princípios da ação pedagógica desse processo, por meio de uma base curricular e didático-pedagógica fixada no corpo do programa São Paulo Faz Escola, em coerência com a Reforma do Estado processada no Brasil na década de 1990 e com o novo pacto social nela implícito.

CONCLUSÃO

O modelo de gestão que passou a ser adotado pelo Estado brasileiro em meados de 1995, ainda nos dias de hoje é base para a elaboração de políticas educacionais, sendo pautado em um formato tutelado de descentralização. O São Paulo Faz Escola é um dos expoentes desse modelo, pois, em termos de gestão da educação, verificamos uma concepção de cunho gerencial para o setor público, cujo foco centra-se na produtividade, mediante controle do processo por meio de seus resultados.

Nessa perspectiva, o ensino e a formação docente supostamente teriam seus valores aumentados, na medida em que seriam estratégicos para o sucesso na produtividade e nos resultados do processo educacional. Dizemos supostamente, no entanto, porque, conforme visto, a forma como o programa foi criado e estruturado parece independer da qualidade do ensino oferecido e da formação do professor, tendo em vista que este foi convertido em executor dos procedimentos, técnicas e conteúdos definidos por especialistas da SEE-SP “supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais” (SAVIANI, 2009, p. 12).

Assim, o programa, apesar de declarar seu objetivo de melhorar a qualidade do ensino, vai, infelizmente, de encontro a princípios que são essenciais para a oferta de uma educação de qualidade, como a valorização real do professor, a transmissão e valorização dos conteúdos produzidos socialmente – e não apenas dos métodos de aprendizagem, como demonstra o programa – e a valorização do ensino, como elemento essencial e indissociável do processo educacional escolar.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P. N. et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BRASIL. Ministério da Administração federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, 1995.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: out, 2012.

CAÇÃO, M. I. **São Paulo faz escola?** Da alienação do trabalho docente. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: MARXISMO, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO HUMANA, 5., 2011, Florianópolis. Disponível em: <http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_05/e05c_t004.pdf>. Acesso em: out. 2012.

CATANZARO, F. O. **O programa “São Paulo Faz Escola” e suas apropriações no cotidiano de uma escola de ensino médio.** 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CIAMPI, H. et al. O currículo bandeirante: a proposta curricular de história no estado de São Paulo, 2008. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 58, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a06v2958.pdf>>. Acesso em: set. 2010.

JACOMELI, M. R. M. Políticas para o currículo escolar: significados e implicações para a escola. **Jornal Apase**, São Paulo, ano XIX, n. 179, Suplemento Pedagógico, p. 3-6, out. 2008. Disponível em: <<http://www.ufgd.edu.br/faed/nefope/publicacoes/curriculo-escolar-algumas-reflexoes>>. Acesso em: jan. 2012.

NEUBAUER, R. Descentralização da educação no Estado de São Paulo. In: COSTA, V. L. C. (Org.). **Descentralização da educação: novas formas de coordenação e financiamento.** São Paulo: Fundap/Cortez, 1999.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado da Educação. **Pesquisa sobre a Proposta.** 2007a. Disponível em: <http://media.rededosaber.sp.gov.br/spfe/93_141009.wmv>. Acesso em: jul, 2010. (Vídeo explicativo sobre o processo de coleta das experiências dos professores da rede).

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Orientação de estudos.** 2007b. Disponível em: <http://media.rededosaber.sp.gov.br/spfe/94_141009.wmv>. Acesso em: jul, 2010. (Vídeo explicativo sobre o projeto de recuperação de aprendizagem implantado nas escolas atrelado à proposta curricular).

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Notícias 2007.** 2007c. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/saopaulofazescola/EnsinoFundCicloII/Not%C3%ADcias2009/Not%C3%ADcias2007%C3%ADndice/tabid/1049/Default.aspx>>. Acesso em: ago. 2010. (Diversas notícias divulgadas em 2007 pela SEE-SP, que falam sobre o período de esclarecimento dos agentes escolares acerca da proposta curricular e do programa).

_____. Secretaria da educação de São Paulo cria nova agenda para educação pública. **Diário Oficial**, São Paulo, v. 117, n. 157, ago. 2007d. Disponível em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=/2007/executivo%2520secao%2520i/agosto/21/pagnot_0001_08AJO1HK656IHe7FH9EVP5LT>

O4T.pdf&pagina=I&data=21/08/2007&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=1>. Acesso em: dez. 2011.

_____. **Resolução SE - 88, de 19-12-2007**. Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador. São Paulo, 2007e. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/88_07.HTM>. Acesso em: jan. 2014.

_____. **Resolução SE - 87, de 19-12-2007**. Dispõe sobre o calendário escolar para o ano de 2008, nas escolas da rede estadual de ensino. São Paulo, 2007f.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo**. 2008a. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/PropostaCurricularGeral_Internet_md.pdf>. Acesso em: dez. 2011.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Pesquisa e revisão do caderno do professor**. 2008b. Disponível em: <http://media.rededosaber.sp.gov.br/spfe/97_141009.wmv>. Acesso em: jul. 2010. (Vídeo explicativo sobre a revisão do caderno do professor após sua implantação).

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Gestão do currículo na escola**. Caderno do gestor, v. 1. 2008c. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/CADERNO_GESTOR_FINAL_red.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular do estado de São Paulo**. História. Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio. 2008d. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/Prop_HIST_COMP_red_md_20_03.pdf>. Acesso em: jun. 2010.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **O PORTAL DA PROPOSTA CURRICULAR REGISTRA 100.778 ACESSOS**. 2008e. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/EnsinoFundCicloII/Not%C3%ADcias2009/Not%C3%ADcias2008/tabid/1050/Default.aspx#02_07>. Acesso em: ago. 2010.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Saresp 2008**. 2008f. Disponível em: <http://media.rededosaber.sp.gov.br/spfe/96_141009.wmv>. Acesso em: jul. 2010. (Vídeo explicativo sobre o Saresp de 2008).

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Apresentação**. 2008g. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/18/arquivos/LP_SITE_3PV_15_01.pdf>. Acesso em: ago. 2010.

_____. **Secretaria de Estado da Educação. Saresp 2009. 2009a. Disponível em: <http://media.rededosaber.sp.gov.br/spfe/99_141009.wmv>. Acesso em: dez. 2011. (Vídeo explicativo sobre o Saresp de 2009).**

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo do estado de São Paulo**. Ciências Humanas e suas tecnologias. Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio. 2010a. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CHST.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo do estado de São Paulo**. Ciências da Natureza e suas tecnologias. Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio. 2010b. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/CNST.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo do estado de São Paulo**. Línguas, códigos e suas tecnologias. Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio. 2010c. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/LCST.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Currículo do estado de São Paulo**. Matemática e suas tecnologias. Ensino Fundamental – Ciclo II e Ensino Médio. 2010d. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Portals/43/Files/MEST.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Escola de formação e aperfeiçoamento de professores**: regulamento do programa currículo e prática docente. 2011.

Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/LinkClick.aspx?fileticket=tS2vnic7d4%3d&tabid=2180&language=pt-BR>>. Acesso em: dez. 2011.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 41. ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SILVA JÚNIOR, J. dos R. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. Reforma do estado e da educação e as políticas públicas para a formação de professores a distância: implicações políticas e teóricas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 78-94, set.-dez. 2003.

DADOS DOS AUTORES

MILENA VENEZIANO PAES

Graduanda em pedagogia na Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.

milena_paes@hotmail.com.

GÉSSICA PRISCILA RAMOS

Doutora em Educação e professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.

gessicaramos@yahoo.com.br.

Submetido em: 16/05/2013

Aceito em: 07/02/2014